



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE APOIO ÀS MISSÕES NO EXTERIOR - SEMEX/DRU/CGCI/PF

TERMO DE REFERÊNCIA

POLÍCIA FEDERAL
PREGÃO Nº/2022
(Processo Administrativo nº 08200.020418/2021-21)

Processo nº 08200.020418/2021-21

1. **DO OBJETO**
- 1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte internacional de mobiliário, bagagem e automóvel, nas modalidades terrestre, aéreo e marítimo, combinados ou não, sempre com seguro específico, porta a porta, de qualquer localidade do Brasil para cidades do exterior onde a Polícia Federal tenha representação, e destas cidades do exterior para o Brasil, para atendimento das necessidades da Polícia Federal, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

TABELA 1:

GRUPO 1 - AMÉRICA DO NORTE					
Item	Nº Estimado de Mudanças	Metro cúbico (m³) Total, Máximo Anual estimado para o trecho	Localidade	Valor máximo por metro cúbico (m³) - em R\$	Valor anual médio (estimado) por localidade - em R\$
1	1	28	Montreal/Canadá para qualquer localidade do Brasil e vice-versa	8.935,27	250.187,56
2	1	28	Ottawa/Canadá para qualquer localidade do Brasil e vice-versa	9.012,15	252.340,20
3	1	28	Key West, FL/EUA para qualquer localidade do Brasil e vice-versa	8.732,26	244.503,28
4	1	24	Nova Iorque/EUA para qualquer localidade do Brasil e vice-versa	8.542,15	205.011,60
5	9	228	Washington, D.C./EUA para qualquer localidade do Brasil e vice-versa	8.432,23	1.922.548,44
GRUPO 2 - AMÉRICA DO SUL 1					
6	6	162,4	Buenos Aires/Argentina para qualquer localidade do Brasil e vice-versa	8.189,53	1.329.979,67
7	2	56	Santiago/Chile para qualquer localidade do Brasil e vice-versa	8.080,25	452.494,00
8	6	148	Assunção/Paraguai para qualquer localidade do Brasil e vice-versa	7.932,20	1.173.965,60
9	1	28	Montevideu/Uruguai para qualquer localidade do Brasil e vice-versa	4.349,67	121.790,76
GRUPO 3 - AMÉRICA DO SUL 2					
10	3	85,4	La Paz/Bolívia para qualquer localidade do Brasil e vice-versa	8.318,33	710.385,38
11	1	28	Santa Cruz de la Sierra/Bolívia para qualquer localidade do Brasil e vice-versa	8.318,83	232.927,24
12	3	66	Bogotá/Colômbia para qualquer localidade do Brasil e vice-versa	7.999,15	527.943,90
13	2	56	Georgetown/Guiana para qualquer localidade do Brasil e vice-versa	4.841,67	271.133,52
14	2	56	Saint-Georges-de-l'Oyapock/Guiana Francesa para qualquer localidade do Brasil e vice-versa	8.099,25	453.558,00
15	3	83,3	Lima/Peru para qualquer localidade do Brasil e vice-versa	7.925,15	660.165,00
16	1	28	Paramaribo/Suriname para qualquer localidade do Brasil e vice-versa	4.841,67	135.566,76
GRUPO 4 - ÁSIA / EUROPA					
17	1	28	Amã/Jordânia para qualquer localidade do Brasil e vice-versa	11.500,00	322.000,00
18	4	108	Lyon/França para qualquer localidade do Brasil e vice-versa	10.200,00	1.101.600,00
19	2	42	Haia/Países Baixos para qualquer localidade do Brasil e vice-versa	10.972,25	460.834,50
20	1	28	Lisboa/Portugal para qualquer localidade do Brasil e vice-versa	11.100,00	310.800,00
VALOR TOTAL MÉDIO ESTIMADO - EM R\$					11.139.735,41 (onze milhões, cento e trinta e nove mil setecentos e trinta e cinco reais e quarenta e um centavos)

- 1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s): As estimativas da Polícia Federal, órgão gerenciador e único participante, são as previstas na Tabela 1 acima, item 1.1.
- 1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de *transporte internacional de mobiliário, bagagem e automóvel*, nos termos do art. 1º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.
- 1.4. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.
- 1.6. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. **JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares da Contratação, apêndice desse Termo de Referência.

3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 4.1. Trata-se de serviço comum, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, pelo Sistema de Registro de Preços.
- 4.1.1. Justifica-se a utilização do Sistema de Registro de Preços na impossibilidade de definição prévia do quantitativo a ser demandado pela Administração, conforme o previsto no art. 3º, IV do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, tendo em vista que as designações para que servidores exerçam funções no exterior, e consequentemente demandem transporte de seu mobiliário, são atos discricionários das autoridades competentes.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- 5.1.1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;
- 5.1.2. A empresa contratada deverá prover transporte internacional de mobiliário, bagagem e automóvel, porta a porta e sempre com seguro específico, de qualquer localidade do Brasil para cidades do exterior, e destas cidades do exterior para o Brasil, nas modalidades rodoviária e marítima e, excepcionalmente, aérea, nos casos em que se revele economicamente mais vantajosa, combinadas ou não.
- 5.1.3. Os serviços deverão incluir, entre outros:
- 5.1.3.1. o fornecimento do material necessário à embalagem e ao acondicionamento dos bens do servidor;
- 5.1.3.2. a desmontagem e a embalagem dos bens do servidor;
- 5.1.3.3. o carregamento do mobiliário e da bagagem da residência do servidor até o interior do equipamento de transporte ou depósito;
- 5.1.3.4. a determinação do volume total dos bens;
- 5.1.3.5. o acondicionamento da mudança em contêiner, *lift van* ou caminhão baú, exclusivo para cada servidor removido;
- 5.1.3.6. a armazenagem, pelo período máximo de 30 (trinta) dias, na cidade de origem;
- 5.1.3.7. o manuseio na cidade de origem, incluindo a utilização de equipamentos como elevadores externos, quando necessário;
- 5.1.3.8. o transporte e as taxas de terminais de desembarço, desde a origem até o destino final, incluindo a realização de eventuais procedimentos administrativos para obter autorizações de órgãos públicos para acesso de veículos de transportes a localidades específicas e fechamento de ruas;
- 5.1.3.9. o descarregamento e manuseio na cidade de destino;
- 5.1.3.10. a retirada da bagagem do depósito e sua colocação dentro da residência do servidor, onde ele indicar;
- 5.1.3.11. a desembalagem e montagem dos móveis;
- 5.1.3.12. a retirada do material utilizado da residência do servidor.
- 5.1.4. Natureza do serviço a ser contratado:
- 5.1.4.1. Trata-se de serviço de natureza comum, nos termos do art. 1º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.
- 5.1.5. Serviço continuado ou não:
- 5.1.5.1. Trata-se de serviço de natureza continuada, nos termos do art. 15 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.
- 5.1.6. Os materiais a serem empregados e os serviços a serem executados serão os discriminados no Termo de Referência e deverão obedecer rigorosamente:
- 5.1.6.1. às normas e especificações constantes deste termo de referência;
- 5.1.6.2. às normas da ABNT;
- 5.1.6.3. às prescrições e recomendações dos fabricantes;
- 5.1.6.4. às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
- 5.1.6.5. às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
- 5.1.6.6. aos critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do extinto Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão e no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento sustentável.
- 5.1.7. Duração inicial do contrato:
- 5.1.7.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, observados os prazos previstos no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 5.1.8. Eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:
- 5.1.8.1. Como se trata de serviço comum, sem disponibilização de equipamentos/mão-de-obra dedicada, não é necessário procedimentos adicionais para transição contratual.
- 5.1.9. Quadro com soluções de mercado:
- 5.1.9.1. O serviço a ser contratado não possui características especiais que limitem a competição no certame licitatório. A solução é padronizada no ramo de fornecimento desse tipo de serviço para o setor público, nos termos da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972 e Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973.
- 5.1.10. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 5.1.11. As obrigações da Contratante e da Contratada estão previstas em Termo de Referência.
- 5.1.12. Os casos não abordados pelas normas serão definidos pela fiscalização, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para os serviços.
- 5.1.13. A execução dos serviços iniciar-se-á após a assinatura do Contrato.
- 5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.
- 5.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas em Termo de Referência.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

6.1. A Contratada deverá adotar práticas sustentáveis, tais como utilizar material de embalagem reciclável novo, recolhê-lo após a desembalagem e encaminhá-lo a cooperativas e associações de reciclagem, transportar a carga em caminhões e carretas que adotem tecnologias de redução da emissão de poluentes. Deverá utilizar aparelhos elétricos com baixo consumo de energia e adotar outras medidas que objetivem a sustentabilidade do meio ambiente. À execução contratual se aplica, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental especificados no artigo 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, transcritos abaixo, que deverão ser observados pela Contratada:

“Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

- I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- III – observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- V – realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- VI – realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de material reciclável, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
- VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999. *Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente.*”

6.2. Para comprovação de que prestará os serviços em acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos no artigo 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, a Contratada deverá apresentar à Contratante, em até 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato, *Declaração de Sustentabilidade Ambiental* conforme modelo disponibilizado no Anexo VI deste Edital de Referência.

7. HISTÓRIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Não haverá vistoria prévia como suporte para formulação da proposta, uma vez que a prestação de serviço é externa, cujos locais de execução são variáveis.

- 7.1.1. Dessa forma, a prestação de serviço deverá obedecer aos padrões de exigências preconizados neste em Edital e seus anexos.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 8.1.1. A solução será a contratação de empresa para realização de transporte internacional de mobiliário, bagagem e automóvel nas modalidades terrestre, marítimo, e, excepcionalmente, aérea (nos casos em que se revele economicamente mais vantajosa), combinados ou não, sempre com seguro específico, porta a porta, de qualquer localidade do Brasil para cidades do exterior, e destas cidades do exterior para o Brasil, tendo a metragem cúbica como referência de unidade de medida para a licitação, de acordo com o Decreto n.º 71.733/1973.
- 8.1.1.1. Além das necessidades de transporte de mobiliário, bagagem e automóvel dos servidores designados para exercerem funções no exterior, a solução incluirá, excepcionalmente, o transporte de bens e pertences da União, no interesse da Polícia Federal, para as localidades onde esta mantém suas representações
- 8.1.2. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa.
- 8.1.3. Ao verificar a necessidade de contratação do serviço, a Coordenação Geral de Administração da Polícia Federal – CGAD/DLOG/PF emitirá *Autorização de Serviço de Transporte Internacional* (Anexo I do Termo de Referência) à empresa contratada.
- 8.1.4. A partir do recebimento da *Autorização de Serviço de Transporte Internacional*, a empresa contratada terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para enviar funcionário ao domicílio do servidor, em horário previamente combinado, para realizar vistoria com o fim de estimar o volume e o tipo de bens a serem transportados.
- 8.1.4.1. A empresa utilizará essa vistoria para estimar e providenciar o material de embalagem em quantidade suficiente para realização dos serviços, informando o volume estimado ao servidor, a fim de que este possa decidir sobre quais itens incluirá na mudança, caso seus bens ultrapassem os limites de cubagem estabelecidos, e a lista de documentos que deverá ser providenciada pelo servidor para desembaraço aduaneiro.
- 8.1.4.1.1. A estimativa será utilizada apenas para esses fins, não tendo efeito para o cálculo da cubagem transportada.
- 8.1.5. Após a realização da vistoria, a Contratada agendará com o servidor a data para os procedimentos de embalagem dos bens e carregamento do contêiner, *liftvan*, baú *airvan*, caminhão baú ou cegonha.
- 8.1.6. A partir do recebimento da *Autorização de Serviço de Transporte Internacional*, emitida pela Coordenação Geral de Administração da Polícia Federal – CGAD/DLOG/PF, a Contratada terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para retirar os bens do local indicado pelo servidor usuário do serviço, ou de local indicado pela Contratante, no horário entre 8h às 12h e 14h às 18h.
- 8.1.6.1. Este prazo poderá ser prorrogado, a critério do servidor e/ou Contratante. A Contratada deverá informar ao Fiscal do Contrato, indicado pela Coordenação Geral de Administração da Polícia Federal – CGAD/DLOG/PF, a data de início e previsão de término da embalagem da mudança, em até 2 (dois) dias úteis antes do início dos serviços.
- 8.1.7. O transporte será realizado em contêiner, baú, cegonha ou outro meio sugerido pela Contratada e aprovado pelo Fiscal do Contrato, desde que não onere o contrato, exclusivo para cada servidor usuário do serviço, respeitadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 8.1.8. A mudança abrange transporte, desmontagem, embalagem e retirada do local de origem, descarga dos bens transportados e montagem dos mesmos no seu destino, bem como todas as operações necessárias para que a mudança ocorra sem alteração, inclusive o orçamento.
- 8.1.8.1. Não estão incluídas nos serviços as montagens e as desmontagens de aparelhos elétricos, eletrônicos, mobiliários embutidos ou planejados.
- 8.1.9. Os serviços deverão incluir, entre outros:
- 8.1.9.1. o fornecimento do material necessário à embalagem e ao acondicionamento dos bens do servidor;
- 8.1.9.2. a desmontagem e a embalagem dos bens do servidor;
- 8.1.9.3. o carregamento do mobiliário e da bagagem da residência do servidor até o interior do equipamento de transporte ou depósito;
- 8.1.9.4. a determinação do volume total dos bens;
- 8.1.9.5. o acondicionamento da mudança em contêiner, *lift van* ou caminhão baú, exclusivo para cada servidor removido;
- 8.1.9.6. a armazenagem, pelo período máximo de 30 (trinta) dias, na cidade de origem;
- 8.1.9.6.1. A armazenagem por período superior a 30 (trinta) dias poderá ser objeto de contrato de direito privado a ser firmado entre a Contratada e o servidor usuário do serviço, cabendo exclusivamente ao último as despesas dele decorrentes.
- 8.1.9.6.1.1. A celebração do referido contrato implica a desoneração da Contratante.
- 8.1.9.7. o manuseio na cidade de origem, incluindo a utilização de equipamentos como elevadores externos, quando necessário;

- 8.1.9.7.1. Na ocorrência da retirada da mudança em depósito e já embalada, caso solicitado pelo interessado, ela deverá ser desembalada e novamente embalada para o transporte, com o objetivo de detectar possíveis avarias.
- 8.1.9.8. o transporte e as taxas de terminais de desembaraço, desde a origem até o destino final, incluindo a realização de eventuais procedimentos administrativos para obter autorizações de órgãos públicos para acesso de veículos de transportes a localidades específicas e fechamento de ruas;
- 8.1.9.9. o descarregamento e manuseio na cidade de destino;
- 8.1.9.10. a retirada da bagagem do depósito e sua colocação dentro da residência do servidor, onde ele indicar;
- 8.1.9.11. a desembalagem e montagem dos móveis;
- 8.1.9.12. a retirada do material utilizado da residência do servidor.
- 8.1.10. A medição de cubagem servirá como base para o cálculo do valor final dos bens do serviço executado.
- 8.1.11. A metragem cúbica máxima admitida por servidor será mencionada na *Autorização de Serviço de Transporte Internacional* e de acordo com o disposto no Decreto nº 71.733/1973.
- 8.1.11.1. Caso o limite normativo seja excedido, correrá por conta do servidor as despesas excedentes, devendo ser negociado diretamente entre a Contratada e os respectivos beneficiários, não gerando quaisquer ônus para a Contratante.
- 8.1.11.2. O serviço será faturado levando-se em consideração a quantidade efetivamente transportada. Como exemplo, tem-se: Caso o servidor tenha direito, inicialmente, a 27 m³ em função de seus dependentes devidamente comprovados e, durante a coleta, a medição efetiva tenha sido de 18 m³, ou seja, abaixo daquela que o servidor teria direito, esta seria a quantidade de fato a ser inserida no cálculo para fins de pagamento, e não a metragem inicialmente prevista, que seria o limite máximo que a Contratante deveria arcar.
- 8.1.12. Será considerada, para mensurar a metragem cúbica final, a quantidade atestada pelo servidor usuário do serviço, conforme *Certificado de Recebimento da Mudança* (Anexo III do Termo de Referência).
- 8.1.13. A Contratada, antes de providenciar o fechamento e selagem ("lacre") ou abertura do contêiner ou caminhão, deverá tirar foto dos bens acondicionados e anexar na nota fiscal, informando, ainda, as dimensões do referido local de acondicionamento, de forma que possibilite, por meio da foto, auxiliar no procedimento de aferição da metragem cúbica utilizada pelo servidor usuário do serviço.
- 8.1.14. O embarque e o transporte dos bens serão realizados em contêiner fechado ou, em caso de transporte unicamente rodoviário, em caminhão tipo baú (para bagagem) e em caminhão tipo cegonha (para veículos). Tal contêiner ou caminhão deverá ser posicionado no dia do carregamento e da entrega, junto ao local indicado pelo servidor usuário do serviço, ou de local indicado pela Contratante.
- 8.1.15. Caso a metragem da bagagem do servidor supere 10 m³, deverá ser utilizado contêiner ou caminhão tipo baú exclusivo para o servidor usuário do serviço. Se a medição for inferior a 10 m³, poderá ser utilizado *liftvan* de madeira exclusivo para o servidor podendo ser acondicionada no contêiner ou caminhão baú com outras mercadorias, desde que não comprometa os bens do servidor, devidamente aprovado pelo Fiscal do Contrato.
- 8.1.15.1. Uma vez acomodada a carga no contêiner, *liftvan*, baú *airvan* ou caminhão baú, este não poderá sofrer manuseio, a não ser nos casos de fiscalização aduaneira devidamente documentada, até que chegue a seu destino indicado pelo servidor.
- 8.1.16. A Contratada deverá disponibilizar, tão logo possível, cópia do documento original de embarque, seja o BL ("Bill of Landing") para a modalidade marítima ou bimodal, AWB ("Air Waybill") para a modalidade aérea e CTRC ("Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas") para a modalidade rodoviária.
- 8.1.17. Após o desembarque e a desembalagem dos bens em local de destino indicado pelo servidor e/ou Contratante e a verificação do estado dos bens, a Contratada deverá colher a assinatura do servidor no *Certificado de Recebimento da Mudança*.
- 8.1.17.1. Metragem cúbica transportada, eventuais alterações e grau de satisfação do serviço prestado devem estar expressamente indicados na *Certificado de Recebimento da Mudança*.
- 8.1.18. Caso o servidor usuário do serviço opte pelo serviço de armazenagem, o prazo para a entrega dos bens no destino iniciará a partir da solicitação de entrega, que deverá ser realizada via e-mail pelo servidor diretamente à Contratada, com cópia ao Fiscal do Contrato.
- 8.1.19. A Contratada deverá fornecer *Relatório Quinzenal de Monitoramento* (Anexo IV do Termo de Referência) ao Fiscal do Contrato, contendo as informações da situação de todas as mudanças em execução.
- 8.1.20. O redespacho é permitido, desde que sob inteira responsabilidade da Contratada, sendo intransferíveis as responsabilidades contratuais e que a empresa subcontratada preencha todos os requisitos exigidos em Edital e seus Anexos.
- 8.1.21. Para o transporte internacional, os prazos para entrega dos bens do servidor usuário do serviço, a partir da data de coleta da mudança, serão:

TABELA 2:

LOCALIDADE	PRAZO DE ENTREGA (DIAS CORRIDOS)
Amã/Jordânia	90
Assunção/Paraguai	70
Bogotá/Colômbia	70
Buenos Aires/Argentina	70
Caena/Guiana Francesa	70
Cidade do México/México	80
El Paso, TX/EUA	80
Georgetown/Guiana	70
Haia/Países Baixos	80
Key West, FL/EUA	80
La Paz/Bolívia	70
Lima/Peru	70
Lisboa/Portugal	80
Londres/Inglaterra	80
Lyon/França	80
Madri/Espanha	80
Miami/EUA	80
Montevidéu/Uruguai	70
Montreal/Canadá	80
Nova Iorque/EUA	80
Ottawa/Canadá	80
Paramaribo/Suriname	70
Paris/França	80
Pretória/África do Sul	90
Quito/Equador	70
Roma/Itália	80
Santa Cruz de La Sierra/Bolívia	70
Santiago/Chile	70
São Jorge do Oiapoque/Guiana Francesa	70
Singapura	90
Viena/Austria	80
Washington D.C./EUA	80
Outras localidades	90

- 8.1.21.1. O prazo estipulado não prevalecerá diante de motivos de força maior, desde que devidamente comprovados perante a fiscalização da Contratante, com recursos administrativos, se for o caso.
- 8.1.22. É responsabilidade do servidor usuário do serviço fornecer a documentação necessária para o transporte em tempo hábil para que sejam feitos os trâmites legais relacionados à mudança.
- 8.1.23. Após o desembarque e a desembalagem dos bens em local de destino indicado pelo servidor e/ou pela Contratante, após verificação do estado destes, a Contratada deverá emitir recibo a ser assinado pelo servidor.
- 8.1.23.1. O *Certificado de Recebimento da Mudança* também deverá ser assinado.
- 8.1.23.2. Eventuais avarias ou extravio devem estar expressamente indicados neste certificado.
- 8.1.23.3. Uma cópia do recibo deve ser imediatamente enviada à Coordenação Geral de Administração da Polícia Federal - CGAD/DLOG/PF.
- 8.1.24. As avarias e perdas (totais e parciais), deverão ser indenizadas pela Contratada no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após notificação.
- 8.1.25. Resta resguardado o direito do servidor de ter reparados eventuais prejuízos ou danos aos bens ocasionados por falhas no serviço realizado e detectados quando da desembalagem.
- 8.1.25.1. A comprovação de danos decorrentes da prestação dos serviços pela Contratada é ônus do servidor usuário do serviço, que deverá consignar as avarias no *Certificado de Recebimento da Mudança*, com visto do representante da Contratada ou, na recusa deste, relatar o fato no respectivo certificado.
- 8.1.26. A Contratada obriga-se a indenizar ou reparar todas e quaisquer avarias que porventura venham a se produzir nos bens, bem como sua perda ou furto, total ou parcial, durante a execução dos serviços ora estipulados. Esta indenização não dependerá do ressarcimento de danos causados por terceiros à Contratada.
- 8.1.27. Cabe à Contratante e à Contratada deterem a relação dos materiais e bens a serem transportados para fins de indenizações ou reparos.
- 8.1.28. No ato de carregamento e fechamento do contêiner e de sua selagem ("lacre"), que deverá ser feito na presença do servidor usuário do serviço ou de um representante designado por ele, a Contratada deverá emitir um *Termo de Coleta de Mudança* (Anexo II do Termo de Referência) dessa atividade, que será assinado pelo servidor e pelo representante da Contratada, sendo uma via enviada à Coordenação Geral de Administração da Polícia Federal - CGAD/DLOG/PF.
- 8.1.29. Caso a Contratada detecte danos pré-existentes nos bens do servidor, deverá comunicar o fato a ele e fazer constar observações de todos os danos pré-existentes no *Termo de Coleta de Mudança*.
- 8.1.30. O servidor usuário do serviço deverá fotografar as avarias para sua devida comprovação.
- 8.1.30.1. A falta de registro fotográfico das avarias acarreta na impossibilidade de comprovação e consequente impossibilidade de exigência de ressarcimento de eventuais danos ocasionados pela Contratada.
- 8.1.31. Não serão ressarcidos danos pleiteados pelo servidor no *Certificado de Recebimento da Mudança* que tenham sido comprovados pré-existentes pela Contratada por consignação no *Termo de Coleta de Mudança*.
- 8.1.32. No caso de avarias não perceptíveis à primeira vista que deixaram de ser consignadas no *Termo de Coleta de Mudança* e/ou *Certificado de Recebimento da Mudança*, o servidor tem até 10 (dez) dias para comunicar tal fato ao Fiscal do Contrato, com cópia para a Contratada.
- 8.1.32.1. A não comunicação no prazo enseja decadência do direito do servidor ao ressarcimento.
- 8.1.33. O mobiliário e bagagem transportados deverão ser embalados, montados e desmontados por funcionários devidamente habilitados da Contratada (e/ou da subcontratada).
- 8.1.33.1. Deve ser apresentado número de funcionários que permita a realização do serviço nos prazos estipulados na Tabela 2 deste Termo de Referência.
- 8.1.33.2. Os funcionários apresentados devem estar uniformizados e munidos de ferramentas, material e acessórios necessários à desmontagem/montagem, embalagem/desembalagem e carregamento/d Descarregamento.
- 8.1.34. O certificado deve ser confeccionado em 2 (duas) vias, constando em ambas as observações manuscritas que eventualmente sejam feitas para que fiquem consignadas as informações suscitadas pela Contratada e pelo servidor usuário do serviço de forma a amparar o atesto das notas e análise de eventuais ressarcimentos de avarias.
- 8.1.35. O servidor deverá enviar o Certificado assinado juntamente com as fotos dos bens, inclusive de eventuais avarias, em até 3 (três) dias úteis ao Fiscal do Contrato.
- 8.1.35.1. Tal procedimento subsidiará o atesto das notas fiscais e o respectivo pagamento.
- 8.1.36. O não encaminhamento da documentação suscitada no item anterior sujeita o servidor às providências disciplinares cabíveis e impossibilidade da Administração em proceder, no prazo legal, à notificação da Contratada com relação ao ressarcimento de eventuais avarias.
- 8.1.37. Havendo necessidade de liberação do contêiner, baú ou cegonha, a fim de que seja feita a fiscalização da cubagem para apuração de volume transportado e de qualidade de embalagem e acondicionamento, a carga poderá ser descarregada no depósito da Contratada e empilhada em baías (para bagagem) de forma que o número de itens transportados possa ser conferido e que seu efetivo volume possa ser corretamente apurado.
- 8.1.37.1. Em caso de veículo, estes devem ser estacionados em depósito da Contratada.
- 8.1.37.1.1. Para os atos dispostos neste item, é necessária comunicação prévia e expressa autorização da Coordenação Geral de Administração da Polícia Federal - CGAD/DLOG/PF, através do Fiscal do Contrato por ela indicado.
- 8.1.38. A fim de garantir a qualidade e o cumprimento dos termos do Edital e seus Anexos e do Contrato que venha a ser celebrado entre as partes, a Contratante poderá, além das fiscalizações específicas de qualidade dos serviços e cubagem tratadas, efetuar vistorias e fiscalizações adicionais, a qualquer tempo, sempre que julgar necessário, no sentido de obter maiores informações e esclarecimentos.
- 8.1.39. Todos os custos com impostos, taxas, seguros, tarifas, além de outros que incidam no transporte objeto deste Estudo Técnico Preliminar serão de responsabilidade da Contratada.
- 8.1.40. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 8.1.41. A quitação do recebimento da mudança será rejeitada quando não atender às condições estabelecidas no Edital e seus Anexos e na proposta comercial apresentada pela Contratada.
- 8.1.42. Somente será admitida a prorrogação do prazo para a prestação do serviço quando verificada a ocorrência de uma das hipóteses previstas nos incisos do §1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, devendo ser adotado o procedimento previsto no § 2º do citado dispositivo legal, mediante solicitação expressa da Contratada.

- 8.1.43.

É necessária a indicação de um representante legal para tratar de assuntos pertinentes ao contrato, devendo responder formalmente às solicitações dentro de 24 (vinte e quatro) horas.
- 8.1.44.

Do Seguro:

8.1.44.1.

A Contratada deverá providenciar apólice referente ao seguro dos bens do servidor usuário do serviço.

8.1.44.1.1.

A apólice de seguro, devidamente averbada, deverá ser entregue ao servidor com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis do início dos serviços de embalagem dos seus bens.
- 8.1.45.

É vedado à Contratada iniciar os procedimentos de embalagem sem que tenha sido devidamente emitida e entregue a apólice de seguro dos bens.

8.1.45.1.

Para o transporte de bens, o seguro deverá cobrir o valor declarado pelo servidor usuário do serviço até o limite previsto na legislação pertinente. Prêmios de seguro superiores a esse valor correrão por conta do servidor, mediante acordo deste com a Contratada, sem qualquer responsabilidade para a Contratante.

8.1.45.2.

A Contratada deve apresentar, no ato da assinatura do Contrato, documento comprobatório de parceria com agente de seguros que será utilizado na execução do serviço.
- 8.1.46.

Do Cálculo do Seguro:

8.1.46.1.

Com o objetivo de subsidiar a Contratada na formação dos preços que serão apresentados, inclusive para cálculo do seguro que integrará os valores da proposta comercial, informamos que o valor máximo dos bens a serem assegurados por mudança é de R\$ 386.711,37 (trezentos e oitenta e seis mil setecentos e onze reais e trinta e sete centavos) para o cargo de Delegado de Polícia Federal e Perito Criminal Federal, R\$ 186.517,90 (cento e oitenta e seis mil quinhentos e dezessete reais e noventa centavos) para os cargos de Agente e Escrivão de Polícia Federal e Papiloscopista Policial Federal, R\$ 66.936,37 (sessenta e seis mil novecentos e trinta e seis reais e trinta e sete centavos) para o integrante do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal - Nível Superior e R\$ 39.741,15 (trinta e nove mil setecentos e quarenta e um reais e quinze centavos) para o integrante do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal - Nível Intermediário.

8.1.46.2.

O cálculo do seguro tem por base o valor da remuneração do Delegado de Polícia Federal e Perito Criminal Federal, multiplicado pelo valor de referência 12,5 (R\$ 30.936,91 x 12,5), do Agente e Escrivão de Polícia Federal e do Papiloscopista Policial Federal por 10 (R\$ 18.651,79 x 10), do integrante do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal - Nível Superior por 7,5 (R\$ 8.924,85 x 7,5) e do integrante do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal - Nível Intermediário por 7,5 (R\$ 5.298,82 x 7,5), conforme art. 32, § 5º, b, e o fator R disposto na Tabela V, do Decreto 71.733/1973.

8.1.46.2.1.

O valor de referência acerca da remuneração dos cargos de Delegado de Polícia Federal e Perito Criminal Federal é o da classe especial, retirado da página 68 do site <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/gestao/outras/gestao-publica/arquivos-e-publicacoes/tabela-de-remuneracao/arquivos/2020/tabela-de-remuneracao-80-jan2020.pdf>.

8.1.46.2.2.

O valor de referência acerca da remuneração dos cargos de Agente e Escrivão de Polícia Federal e Papiloscopista Policial Federal é o da classe especial, retirado da página 70 do site <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/gestao/outras/gestao-publica/arquivos-e-publicacoes/tabela-de-remuneracao/arquivos/2020/tabela-de-remuneracao-80-jan2020.pdf>.

8.1.46.2.3.

O valor de referência acerca da remuneração dos integrantes do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal - Nível Superior é o da classe especial, padrão III, retirado da página 422 do site <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/gestao/outras/gestao-publica/arquivos-e-publicacoes/tabela-de-remuneracao/arquivos/2020/tabela-de-remuneracao-80-jan2020.pdf>.

8.1.46.2.4.

O valor de referência acerca da remuneração dos integrantes do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal - Nível Intermediário é o da classe especial, padrão III, retirado da página 424 do site <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/gestao/outras/gestao-publica/arquivos-e-publicacoes/tabela-de-remuneracao/arquivos/2020/tabela-de-remuneracao-80-jan2020.pdf>.

8.1.46.3.

O valor correspondente à parcela do seguro dos bens será pago tendo como alíquota o valor percentual registrado na proposta de preços apresentada na licitação, multiplicado pelo valor de cobertura da mudança declarado pelo servidor usuário do serviço, até o limite estabelecido na *Autorização de Serviço de Transporte Internacional*.

8.1.46.4.

O valor correspondente à parcela do seguro deverá estar contemplado no preço do m³ apresentado na proposta comercial da Contratada.

8.1.47.

Das Condições Específicas do Transporte Brasil - Exterior:

8.1.47.1.

Nos transportes do Brasil para o exterior, a Contratada deverá informar ao Fiscal do Contrato a data e horário de início dos serviços de embalagem, fechamento e selagem ("lacre") do baú, cegonha, furgão ou contêiner com os bens do servidor, com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência para que tanto a qualidade da embalagem possa ser verificada, quanto a medição da cubagem efetuada por fiscal designado pela Contratante;

8.1.47.2.

A fiscalização da qualidade dos serviços de embalagem será efetuada durante o processo de embalagem dos pertences do servidor, e a verificação da cubagem do volume a ser despachado poderá ser efetuada durante e/ou após o término da embalagem, ocorrendo a vistoria do acondicionamento dos bens depois do seu carregamento no baú, cegonha ou contêiner, em local de destino indicado pelo servidor e/ou em local indicado pela Contratante, através do Fiscal do Contrato, mediante sua autorização expressa.

8.1.47.3.

O carregamento da mudança para dentro do baú, cegonha ou contêiner só terá início depois de concluída a embalagem de todos os itens e fechado o inventário dos bens a serem transportados.

8.1.48.

Das Condições Específicas do Transporte Exterior - Brasil:

8.1.48.1.

Nos transportes do exterior para o Brasil, a Contratada deverá informar ao Fiscal do Contrato, com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência a data, o horário e o local de abertura do contêiner com os bens do servidor, para que a medição da cubagem possa ser efetuada por fiscal designado pela Contratante.

8.1.48.2.

A fiscalização da qualidade dos serviços de embalagem será efetuada durante o processo de embalagem dos pertences do servidor, e a verificação da cubagem do volume a ser despachado poderá ser efetuada durante e/ou após o término da embalagem, ocorrendo a vistoria do acondicionamento dos bens depois do seu carregamento no baú, cegonha ou contêiner, em local de destino indicado pelo servidor e/ou em local indicado pela Contratante, através do Fiscal do Contrato, mediante sua autorização expressa.

8.1.48.3.

O carregamento da mudança para dentro do baú, cegonha ou contêiner só terá início depois de concluída a embalagem de todos os itens e fechado o inventário dos bens a serem transportados.

9.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

9.1.

As comunicações entre a Contratante e a Contratada devem ser realizadas por meio eletrônico (semex.cgei.direx@pf.gov.br) e/ou pelo telefone +55 (61) 2024-7450.

9.1.1.

Outros meios de comunicação deverão ser devidamente autorizados pela Contratante.

9.2.

Uma vez que a execução do serviço será mediante o regime de empreitada por preço unitário, o pagamento será realizado levando-se em conta cada contratação (empreitada), apenas considerando eventuais glosas decorrentes de faltas e/ou outros descumprimentos contratuais diretos/objetivos apontados pela fiscalização, bem como eventuais multas decorrentes de infrações contratuais, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

9.3.

As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Contratante para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

9.4.

O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

9.4.1.

Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

9.4.2.

Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

9.4.3.

Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

9.4.4.

Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade;

9.4.5.

Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

9.4.6.

Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais, que nesse caso seriam os servidores demandantes ou removidos, beneficiários diretos da contratação.

9.4.7.

As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

9.4.8.

Fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais em determinada mudança.

10.

MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

10.1.

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

10.1.1.

Todas as caixas empregadas na mudança deverão apresentar resistência ao arrebentamento, compressão, esmagamento, impacto, perfuração, tombamento e vibração, adequados ao fim a que se destinam.

10.1.2.

A selagem das caixas deverá ser feita com fita gomada, adesivo, grampos ou fitas autoadesivas.

10.1.3.

A forma de acondicionamento dos materiais a serem transportados deverá seguir as especificações abaixo.

TABELA 3:

Item	Tipo de Item	Tipo de Embalagem	Forma de Acondicionamento
1	Objetos Finos/Frágeis – louças, cristais, porcelanas, lustres, etc.	Papel branco para embalagem HD, papel “Kraft” e envoltos em papelão ondulado de face simples para copos e plástico polibolha grande nos demais	Engradados de madeira sob medida ou caixas sob medida de papelão ondulado de parede dupla. Alternativamente, a madeira poderá ser substituída por papelão ondulado de parede múltipla ou equivalente
2	Estátuas e objetos planos de mármore ou pedra, tampos de mesa, telas, quadros e espelhos	Envoltos em papel branco para embalagem HD, papel “Kraft” e em papelão ondulado de face simples ou plástico polibolha pequeno	Engradados de madeira sob medida ou caixas sob medida de papelão ondulado de parede dupla. Alternativamente, a madeira poderá ser substituída por papelão ondulado de parede múltipla ou equivalente
3	Vestutário em cabides – ternos, costumes e vestidos		Caixas de papelão ondulado de parede dupla com haste para cabides e desumidificadores de sílica gel
4	Vestutário dobrável	Forro de plástico ou papel “Kraft”, com desumidificadores de sílica gel	Caixas de papelão ondulado de parede dupla com desumidificadores de sílica gel
5	Móveis – sofás, poltronas, guarda-roupas e objetos de grande porte	Completamente envoltos com papel “Kraft” e uma segunda camada de plástico polibolha pequeno	Envoltos em papelão ondulado de face simples, com reforço de polibolha pequeno nas quinas e elementos de apoio
6	Aparelhos Elétricos e Eletrônicos	Envoltos em em papel branco para embalagem HD, papel “Kraft” e polibolha pequeno	Caixas de papelão ondulado de parede dupla
7	Móveis finos/frágeis como cristaleras e armários, cômodas e	Envoltos em papel tipo “kraft” e plástico polibolha pequeno mais papelão ondulado de face simples	Engradados de madeira sob medida com espumas para proteção das quinas ou molduras. Alternativamente, a madeira poderá ser substituída

	penteadeciras com vidros		por papelão ondulado de parede múltipla ou equivalente
8	Tapetes, Estofados e Colchões	Papel “Kraft” mais plástico polibolha	Dobrados, envoltos por papelão ondulado de face simples no caso de tapetes, e acondicionados com naftalina
9	Livros e Discos		Caixas de papelão ondulado de parede dupla
10	Bebidas	Envoltos em papel branco para embalagem HD ou papel “Kraft”	Caixas de Papelão de parede dupla com separação em “Kraft” (NBR5985/1983 itens 2.2.4 e 2.2.5) ou envoltos papelão ondulado de face simples
11	Itens que não se enquadram na relação acima		Caixas de papelão de parede dupla de tamanhos variados

- 10.2. Embalagens e acondicionamentos distintos dos especificados na Tabela 3 poderão ser concedidos por cortesia da Contratada ou custeados às expensas dos proprietários das cargas.
- 10.2.1. A Contratante não arcará com despesas de embalagem não previstas contratualmente, ainda que por solicitação dos servidores usuários do serviço.
- 10.3. Todo o serviço de embalagem, seja quanto ao material empregado, seja quanto à forma de execução e acondicionamento dos bens seguirá as orientações e definições contidas nos seguintes documentos:
- 10.3.1. NBR 9198/85 – Embalagem e acondicionamento;
- 10.3.2. NBR 9477/86 – NBR 5980/04 – Embalagem de papelão ondulado – classificação;
- 10.3.3. NBR 5985/83 – Papelão ondulado e caixas de papelão ondulado; e
- 10.3.4. Norma Internacional de Medida Fitossanitária NIMF nº 15/2002 da FAO – Certificação Fitossanitária e Resumo Informativo da NIMF nº 15/2002, da FAO – Certificação Fitossanitária de Embalagens, Suportes e Material de Acomodação Confeccionados em Madeira;
- 10.4. As caixas de papelão utilizadas na embalagem terão como referência os estilos descritos na NBR 5980/2004 da ABNT, conforme a seguir:
- 10.4.1. Estilos descritos no item 4.2.1 da referida Norma, referências 0201 a 0207, quando se tratar de embalagem para todo tipo de produto com exceção de roupas de vestuário;
- 10.4.2. O estilo descrito no item 4.2.2 da referida Norma, referências 0312 e 0313, quando se tratar de roupas de vestuário.
- 10.5. Todas as caixas empregadas na mudança deverão apresentar resistências conforme definidas nos itens 2.33 a 2.39 da NBR 5985/83, ao arrebentamento, compressão, esmagamento, impacto, perfuração, tombamento e vibração, adequados ao fim a que se destinam.
- 10.6. A selagem das caixas deverá ser feita com fita gomada, adesivo, grampos ou fitas auto-adesivas.
- 10.7. Todo material de embalagem deverá ser novo, não ter sido previamente utilizado e deverá seguir as especificações contidas na Tabela de especificação de Materiais, a seguir:

TABELA 4:

Item	Material	Especificação
1	Caixas de Papelão uso geral, diversos tamanhos	Papelão ondulado de parede dupla com espessura mínima de 4 mm (NBR5985/1983 item 2.29), estilos NBR5980/2004, item 4.2.1, referências 0201 a 0207
2	Caixas de papelão de uso específico para roupeiros/cabideiros e objetos frágeis em tamanhos variados	Papelão ondulado de parede dupla com espessura mínima de 4 mm (NBR5985/1983 item 2.29), estilos NBR5980/2004, item 4.2.2, referências 0312 e 0313
3	Papelão ondulado	Papelão ondulado de face simples com espessura mínima de 3 mm (NBR5985/1983 item 2.28) diversas larguras
4	Papel kraft	Bobinas ou fardos de papel raft puro com larguras variáveis gramatura mínima de 80g/m2
5	Plástico polibolha “pequeno”	Plástico polibolha com bolhas de diâmetro mínimo de 8 mm e com espessura mínima de 4 mm e largura variável
6	Plástico polibolha “grande”	Plástico polibolha com bolhas de diâmetro mínimo de 16 mm e com espessura mínima de 8 mm e largura variável
7	Estruturas de papelão	Papelão ondulado de parede múltipla com espessura variável (NBR5985/1983 item 2.30)
8	Sílica gel	Sacos de Sílica Gel Dessecante (dióxido de silício) de tamanhos variados para prevenção de umidade, mofo e ferrugem
9	Fita adesiva	Fita adesiva em papel marrom ou plástico transparente para empacotamento e fechamento de caixas e embalagens com larguras variáveis de 25 a 50 mm
10	Fita gomada	Fita gomada em papel marrom para empacotamento e fechamento das caixas e embalagens com larguras variáveis de 25 a 50 mm

- 10.8. Observadas as condições estabelecidas no art. 15, § 7º, I, da Lei 8666/1993, a descrição do tipo de embalagem utilizada na elaboração deste Termo de Referência deverá ser considerada como modelo, visto que a oferta deve ser igual ou similar à exigida.
11. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA
- 11.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- 11.1.1. A Contratada deverá prestar o serviço de transporte internacional de mobiliário, bagagem e automóvel, nas modalidades terrestre, aéreo e marítimo, combinadas ou não, sempre com seguro específico, porta a porta, de qualquer localidade do Brasil para cidades do exterior onde a Polícia Federal tenha representação, e destas cidades do exterior para o Brasil, conforme disposto neste Termo de Referência.
- 11.1.2. O transporte terá como destino ou origem no exterior as cidades onde a Polícia Federal tem representação. Para o correto dimensionamento da proposta, atualmente, tais cidades são as indicadas na Tabela 2 deste Termo de Referência.
- 11.1.3. A Contratada deverá elaborar proposta comercial já incluindo todas as despesas indiretas (taxas, seguro, fretes, armazenagem e matérias utilizados).

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 12.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 12.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 12.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 12.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 12.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 12.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas; e
- 12.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 12.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 12.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 12.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.
- 12.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 12.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- 13.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 13.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada o valor correspondente aos danos sofridos.
- 13.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 13.5. Abster-se de contratar, para fins de execução desse contrato, familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau) de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na Contratante, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 04.06.2010.
- 13.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea “c” do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 13.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.
- 13.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 13.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 13.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 13.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 13.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 13.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 13.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 13.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoiséis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

- 13.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 13.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 13.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 13.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.
- 13.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 13.22. Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006.
- 13.23. Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.
- 13.24. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.
- 13.25. Responsabilizar-se pela estrita observância dos códigos, leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto da contratação, destacando-se aquelas relacionadas à circulação de veículos de carga e à operação de carga e descarga, devendo arcar com eventuais custos relativos à obtenção de licenças para carga e descarga em perímetros urbanos.
- 13.26. Cumprir quaisquer formalidades e pagar as multas porventura impostas pelas autoridades competentes, decorrentes da execução do objeto ora contratado.
- 13.27. Facilitar e permitir à Contratante, a qualquer momento, a realização de vistoria e acompanhamento do cumprimento do objeto do Contrato, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade da Contratada, assegurado, a qualquer tempo, o direito à plena fiscalização do serviço licitado, permitindo o livre o acesso dos fiscais a todo o local de execução dos serviços, a toda documentação correlata, a retirada pelos fiscais de documentos para diligências, tudo independentemente de prévia comunicação à Contratada.
- 13.28. Responder por todo e qualquer dano que causar à Contratante ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo, por ato praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, eximindo a Contratante de qualquer responsabilidade.
- 13.29. Assegurar à Contratante, em qualquer caso, o exercício do direito de regresso de prejuízos decorrentes da contratação, pela via administrativa, que, após o devido processamento e garantido o direito de defesa, ensinará o desconto de valores devidos, relativos ao prejuízo, ou inscrição do débito em dívida ativa, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.
- 13.30. Realizar suas atividades utilizando profissionais qualificados e em número suficiente, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda a legislação pertinente aos serviços prestados e que lhe atribua responsabilidades, com ênfase na tributária, civil, previdenciária e trabalhista.
- 13.31. Cumprir suas obrigações utilizando produtos de qualidade, que atendam as normas técnicas de fabricação, cabendo-lhe total e exclusiva responsabilidade pelo integral atendimento de toda a legislação.
- 13.32. Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto, e, ainda, assumir a inteira responsabilidade por quaisquer acidentes que possam vitimar seus empregados, quando em serviço, e por todos os direitos que as leis trabalhistas lhes assegurem.
- 13.33. Arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de ato danoso, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se, outrossim, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do contrato a ser firmado.
- 13.34. Responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos serviços contratados, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar o conveniente andamento dos trabalhos.
- 13.35. Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, garantindo que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Contratante.
- 13.36. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer da execução deste Contrato ou em conexão com eles, ainda que ocorrido nas dependências do Contratante.
- 13.37. Assumir todos os encargos de possíveis demandas judiciais relacionadas à execução dos serviços, originalmente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência.
- 13.38. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato.
- 13.39. Eximir-se de divulgar e fornecer dados ou informações obtidas em razão do contrato, bem como utilizar o nome da Contratante para fins comerciais ou em campanhas e material de publicidade, sem autorização prévia da Contratante.
- 13.40. Aceitar, nas mesmas condições do ajuste, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.
- 13.41. Providenciar que seus contratados portem crachá de identificação quando da execução do serviço.
- 13.42. Efetuar a imediata substituição de qualquer empregado que, a critério da Contratante, não esteja habilitado para a prestação dos serviços.
- 13.43. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho.
- 13.44. Designar um preposto, aceito pela Contratante, que supervisionará a execução dos serviços e a representará perante a Contratante.
- 13.45. Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso.
- 13.45.1. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica.
- 13.46. Identificar todos os equipamentos de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Contratante.
- 13.47. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Contratante.
- 13.48. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito.
- 13.49. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios, quando da execução do serviço nas localidades indicadas pelos servidor usuário do serviço e/ou pela Contratante.
- 13.50. Refazer qualquer obrigação não cumprida a contento, com despesas correndo por sua conta.
- 13.51. Eximir-se de contratar e/ou aproveitar servidores da Contratante para a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.
- 13.52. Executar os serviços de modo a causar o mínimo de interferência no local indicado pelo servidor usuário do serviço e/ou pela Contratante e na rotina de seus ocupantes e usuários, bem como, sempre que possível, em horários que não interfiram no bom andamento da rotina do local.
- 13.53. Responsabilizar-se pelas despesas de alimentação, hospedagem e transporte de seus empregados.
- 13.54. Fica assegurado ao Contratante o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço e/ou fornecimento de material que não esteja de acordo com a técnica atual, normas ou especificações que atentem contra a sua segurança ou de terceiros, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização do Contratante eximirá a Contratada de suas responsabilidades provenientes do contrato.

14. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 14.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:
- 14.1.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.
- 14.1.2. É vedada a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação.
- 14.1.3. É vedada a subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante.
- 14.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 14.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 14.4. Entende-se por parcela principal da obrigação a referente às etapas de gerenciamento e controle do objeto descrito neste instrumento.
- 14.5. A licitante vencedora deverá subcontratar Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 2015, no percentuais mínimo de 10% (dez por cento) e máximo de 30% (trinta por cento), atendidas as disposições dos subitens acima, bem como as seguintes regras:
- 14.5.1. quando da prestação do serviço em território brasileiro;
- 14.5.2. as microempresas e/ou empresas de pequeno porte a serem subcontratadas serão indicadas e qualificadas pela licitante melhor classificada juntamente com a descrição dos bens e/ou serviços a serem por elas fornecidos e seus respectivos valores;
- 14.5.3. no momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, será apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;
- 14.5.4. a empresa contratada se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;
- 14.5.5. a exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:
- 14.5.5.1. microempresa ou empresa de pequeno porte;
- 14.5.5.2. consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no [art. 33 da Lei nº 8.666, de 1993](#); e
- 14.5.5.3. consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.
- 14.6. Quando da prestação do serviço no exterior, a licitante vencedora poderá subcontratar no percentual máximo de 50% (cinquenta por cento) do valor do serviço.
- 14.7. Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.

15. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 16.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 16.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 16.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 16.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 16.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 16.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.
- 16.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 16.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 16.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 16.13. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

- 16.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.
- 16.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 16.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 16.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
17. **DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARADOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**
- 17.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Acordo de Nível de Serviço - ANS, conforme previsto no Anexo V, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 17.1.1. A utilização do ANS não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 17.2. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 17.2.1. não produziu os resultados acordados;
- 17.2.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 17.2.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
18. **DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**
- 18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 18.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.
- 18.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 18.3.1. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 18.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 18.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 18.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da Contratada, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 18.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo;
- 18.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 18.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 18.4. No prazo de até *10 (dez) dias corridos* a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 18.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
- 18.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 18.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Acordo de Nível de Serviço - ANS (Anexo V do Termo de Referência), ou instrumento substituto.
- 18.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
- 18.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
19. **DO PAGAMENTO**
- 19.1. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 19.2. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 19.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 19.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 19.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 19.4.1. o prazo de validade;
- 19.4.2. a data da emissão;
- 19.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 19.4.4. o período de prestação dos serviços;
- 19.4.5. o valor a pagar; e
- 19.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 19.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 19.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 19.6.1. não produziu os resultados acordados;
- 19.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 19.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 19.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento
- 19.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 19.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 19.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 19.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 19.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 19.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 19.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 19.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 19.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 19.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = ($\frac{6}{365} \times 100$) I = 0,00016438

365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

- 20.6.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 20.7.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 20.8.

O reajuste será realizado por apostilamento.

21. **GARANTIA DA EXECUÇÃO**

- 21.1.

21.1.

Não haverá exigência de garantia contratual da execução, considerando a natureza da prestação do serviço sem dedicação exclusiva e que não houve em contratos recentes dessa natureza qualquer entrave na execução do objeto por ausência de prestação de garantia, pelo que não se vislumbra necessidade de exigi-la, bastando para o certame as demais cláusulas estabelecidas neste Termo de Referência.

22. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 22.1.

Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 22.1.1.

22.1.2.

22.1.3.

22.1.4.

22.1.5.

falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

ensejar o retardamento da execução do objeto;

falhar ou fraudar na execução do contrato;

comportar-se de modo inidôneo; ou

cometer fraude fiscal.
- 22.2.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:
- 22.2.1.

22.2.2.

22.2.2.1.

22.2.2.2.

22.2.2.3.

22.2.2.4.

22.2.2.5.

Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

Multa de:

0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 5 e 6**, abaixo; e

as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 22.2.3.

22.2.4.

22.2.5.

Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 22.3.

A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem 22.2.4 também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 22.4.

As sanções previstas nos subitens 22.2.1, 22.2.3, 22.2.4 e 22.2.5 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- Para efeito de aplicação de multas, as infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 5 e 6:

TABELA 5

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 6

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

- 22.5.

Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV, da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 22.5.1.

22.5.2.

22.5.3.

tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 22.6.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 22.7.

As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 22.7.1.

Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 22.8.

Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 22.9.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 22.10.

Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 22.11.

A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 22.12.

O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 22.13.

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

23. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 23.1.

As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 23.2.

Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 23.3.

Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor, além dos previstos no item 5 deste Termo de Referência, serão:
- 23.3.1.

23.3.1.1.

23.3.1.1.1.

23.3.1.1.1.1.

Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas.

Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 01 ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de o 01 ano ser ininterrupto, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.
- 23.3.1.2.

Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 23.3.1.3.

Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

- 23.3.1.4.

Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

23.3.1.5.

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 23.4.

Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 23.4.1.

Valor Global: R\$ 11.139.735,41 (onze milhões, cento e trinta e nove mil setecentos e trinta e cinco reais e quarenta e um centavos).

23.4.2.

Valores por grupo:

23.4.2.1.

Grupo 01 - AMÉRICA DO NORTE: R\$ 2.874.591,08 (dois milhões, oitocentos e setenta e quatro mil quinhentos e noventa e um reais e oito centavos);

23.4.2.2.

Grupo 02 - AMÉRICA DO SUL 1: R\$ 3.078.230,03 (três milhões, setenta e oito mil duzentos e trinta reais e três centavos);

23.4.2.3.

Grupo 03 - AMÉRICA DO SUL 2: R\$ 2.991.679,80 (dois milhões, novecentos e noventa e um mil seiscentos e setenta e nove reais e oitenta centavos);

23.4.2.4.

Grupo 04 - ÁSIA / EUROPA: R\$ 2.195.234,50 (dois milhões, cento e noventa e cinco mil duzentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos).

23.4.3.

Valores unitários:

23.4.3.1.

Item 01 - Montreal/Canadá: R\$ 250.187,56 (duzentos e cinquenta mil cento e oitenta e sete reais e cinquenta e seis centavos);

23.4.3.2.

Item 02 - Ottawa/Canadá: R\$ 252.340,20 (duzentos e cinquenta e dois mil trezentos e quarenta reais e vinte centavos);

23.4.3.3.

Item 03 - Key West, FL/EUA: R\$ 244.503,28 (duzentos e quarenta e quatro mil quinhentos e três reais e vinte e oito centavos);

23.4.3.4.

Item 04 - Nova Iorque/EUA: R\$ 205.011,60 (duzentos e cinco mil onze reais e sessenta centavos);

23.4.3.5.

Item 05 - Washington, D.C./EUA: R\$ 1.922.548,44 (um milhão, novecentos e vinte e dois mil quinhentos e quarenta e oito reais e quarenta e quatro centavos);

23.4.3.6.

Item 06 - Buenos Aires/Argentina: R\$ 1.329.979,67 (um milhão, trezentos e vinte e nove mil novecentos e setenta e nove reais e sessenta e sete centavos);

23.4.3.7.

Item 07 - Santiago/Chile: R\$ 452.494,00 (quatrocentos e cinquenta e dois mil quatrocentos e noventa e quatro reais);

23.4.3.8.

Item 08 - Assunção/Paraguai: R\$ 1.173.965,60 (um milhão, cento e setenta e três mil novecentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos);

23.4.3.9.

Item 09 - Montevidéu/Uruguai: R\$ 121.790,76 (cento e vinte e um mil setecentos e noventa reais e setenta e seis centavos);

23.4.3.10.

Item 10 - La Paz/Bolívia: R\$ 710.385,38 (setecentos e dez mil trezentos e oitenta e cinco reais e trinta e oito centavos);

23.4.3.11.

Item 11 - Santa Cruz de la Sierra/Bolívia: R\$ 232.927,24 (duzentos e trinta e dois mil novecentos e vinte e sete reais e vinte e quatro centavos);

23.4.3.12.

Item 12 - Bogotá/Colômbia: R\$ 527.943,90 (quinhentos e vinte e sete mil novecentos e quarenta e três reais e noventa centavos);

23.4.3.13.

Item 13 - Georgetown/Guiana: R\$ 271.133,52 (duzentos e setenta e um mil cento e trinta e três reais e cinquenta e dois centavos);

23.4.3.14.

Item 14 - Saint-Georges-de-Oyapock/Guiana Francesa: R\$ 453.558,00 (quatrocentos e cinquenta e três mil quinhentos e cinquenta e oito reais);

23.4.3.15.

Item 15 - Lima/Peru: R\$ 660.165,00 (seiscentos e sessenta mil cento e sessenta e cinco reais);

23.4.3.16.

Item 16 - Paramaribo/Suriname: R\$ 135.566,76 (cento e trinta e cinco mil quinhentos e sessenta e seis reais e setenta e seis centavos);

23.4.3.17.

Item 17 - Amã/Jordânia: R\$ 322.000,00 (trezentos e vinte e dois mil reais);

23.4.3.18.

Item 18 - Lyon/França: R\$ 1.101.600,00 (um milhão, cento e um mil e seiscentos reais);

23.4.3.19.

Item 19 - Haia/Países Baixos: R\$ 460.834,50 (quatrocentos e sessenta mil oitocentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos);

23.4.3.20.

Item 20 - Lisboa/Portugal: R\$ 310.800,00 (trezentos e dez mil e oitocentos reais).

23.5.

O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

23.6.

As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
24.

ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.
- 24.1.

O custo estimado da contratação é de R\$ 11.139.735,41 (onze milhões, cento e trinta e nove mil setecentos e trinta e cinco reais e quarenta e um centavos).

25.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

25.1.

A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

26.

DOS ANEXOS

26.1.

Anexo I: Autorização de Serviço de Transporte Internacional;

26.2.

Anexo II: Termo de Coleta de Mudança;

26.3.

Anexo III: Certificado de Recebimento da Mudança;

26.4.

Anexo IV: Relatório Quinzenal de Monitoramento;

26.5.

Anexo V: Acordo de Nível de Serviço;

26.6.

Anexo VI: Declaração de Sustentabilidade Ambiental;

26.7.

Anexo VII: Estudo Técnico Preliminar Digital.

Brasília/DF, data da assinatura eletrônica.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO		
Integrante Requisitante	Integrante Técnico	Integrante Administrativo
VITOR GARCIA VICHINSKI Siape: 2270734	ROSIMÉRE ROSA DOS SANTOS CAVALLIM Siape: 1045883	LEONARDO TEIXEIRA FABRIS Siape: 1558129

DESPACHO DRI/CGCI/PF:

1. CIENTE.

2. DE ACORDO com o presente Termo de Referência.

3. À CGCI/PF para deliberação superior.

LAURA VILLELA ROSA TACCA
Delegada de Polícia Federal
Chefe Substituta da Divisão de Relações Internacionais - DRI/CGCI/PF

DESPACHO CGCI/PF:

1. CIENTE.

2. APROVO o presente Termo de Referência e seus anexos por constatar que sua concretização observou os critérios que norteiam a Administração Pública. Constam, plenamente justificadas, a necessidade da contratação, a delimitação de seu objeto, aspectos técnicos fundamentais, obrigações das partes envolvidas, bem como a estimativa de custos da contratação, conforme disposto no Art. 14, II, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

LUIZ ROBERTO UNGARETTI DE GODOY
Delegado de Polícia Federal
Coordenador-Geral de Cooperação Internacional - CGCI/PF

**ANEXO I
AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE INTERNACIONAL**

De acordo com o disposto no Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, requisito o Transporte Internacional de Mobiliário, Bagagem e Automóvel, relativo à mudança do XXXXX, tendo em vista o término de sua missão na função de XXXX em XXXX, e data da coleta de seus bens programada para até XX/XX/20XX, nas seguintes condições:

Cidade de origem (UF) e Unidade	Cidade de destino (UF) e Unidade

1. Nome do servidor:
2. Volume máximo: **XX m³**
3. Preço do metro cúbico: **R\$ XXXX**
4. Valor máximo [(item 2) x (item 3)]: **R\$ XXXX**
5. Valor informado da bagagem/automóvel: **R\$ XXXX**
6. Data estimada para a coleta dos bens: **Até XX/XX/20XX.**

ANEXO II
TERMO DE COLETA DE MUDANÇA
TERMO DE COLETA DE MUDANÇA
(SHIPMENT COLLECTING TERM)

Número da OS: (OS number)	Nome do servidor: (Contractor Employee's name)
Origem/ Destino da mudança: (Origin/Destination)	Data de coleta da mudança: (Pick-up date)
Empresa local responsável: (Local agent)	
Empresa responsável no Brasil: (Agent in Brazil)	
Quantidade de volumes coletados: (Number of items collected)	Volume estimativo coletado (em m³): (Estimated volume collected (in m³))
A ser preenchido pelo servidor: (To be answered by the contractor employee)	
<p>1. A empresa efetuou vistoria prévia e prestou informações relativas a seguro, embalagem e documentação necessária? - Sim ou Não * (Did the company make you a previous visit and give you the necessary information regarding insurance, packing and necessary documentation? - Yes or No *)</p> <p>2. A transportadora entregou a apólice de seguros antes do início da mudança? - Sim ou Não * (Did the company deliver the insurance policy before the beginning of the packing procedures? - Yes or No *)</p> <p>3. A embalagem teve início na data marcada, conforme acordado com a empresa? - Sim ou Não * (Did the packing services begin in the date scheduled? - Yes or No *)</p> <p>4. A empresa disponibilizou um mínimo de 03 (três) trabalhadores bem treinados para execução dos serviços de embalagem? - Sim ou Não * (Did the company supply at least three well trained employees for the packing and loading procedures? - Yes or No *)</p> <p>5. A embalagem ocorreu de forma adequada? Sim ou Não * (Was the packing done adequately? - Yes or No *)</p> <p>6. Houve danos a algum item durante a embalagem? - Sim ou Não * (Was there any damage to any of the items during packing? - Yes or No *)</p> <p>7. Em caso positivo, a empresa agiu de forma satisfatória na resolução do dano? - Sim ou Não * (In case of damage, did the company present a satisfactory solution to the issue? - Yes or No *)</p> <p>8. A empresa disponibilizou contêiner na porta de sua residência no dia do carregamento? - Sim ou Não * (In the day of the dispatch, was a container placed in front of your residence? - Yes or No *)</p> <p>9. Os volumes foram bem acondicionados dentro container, deixando poucos espaços vazios entre as caixas? - Sim ou Não * (Were volumes well conformed inside the container, leaving little empty space between items? - Yes or No *)</p> <p>10. Comente as respostas com (*) ou outras observações no espaço abaixo (Please comment answers with (*) or other remarks using the space below.)</p>	

Assinatura do Servidor (Employee's signature)	Assinatura do representante local (Local company agent's signature)

(*) Os volumes declarados em m³ são estimativos, sujeitos a posterior confirmação pela Contratante.
(The volumes declared in m³ are estimates, subject to confirmation by contractor.)

ANEXO III
MODELO DE CERTIFICADO DE RECEBIMENTO DA MUDANÇA
CERTIFICADO DE RECEBIMENTO DA MUDANÇA
(SHIPMENT DELIVERY TERM)

Número da OS: (OS number)	Nome do servidor: (Contractor Employee's name)
Origem/Destino da mudança: (Origin/Destination)	Data de entrega da mudança: (date of delivery)
Empresa local responsável: (Local agent)	
Empresa responsável no Brasil: (Agent in Brazil)	
Quantidade de volumes entregues: (Number of items delivered)	Volume estimado coletado (em m³): (Estimated volume collected (in m³))
<p>A ser preenchido pelo servidor: (To be answered by the contractor employee)</p> <p>1. A mudança foi entregue na sua residência em um contêiner? - Sim ou Não * (Was the luggage transported to your new residence inside a container?) - Yes or No</p> <p>2. Os volumes chegaram bem acondicionados dentro do contêiner? - Sim ou Não * (Were volumes well conformed inside the container in the arrival?) - Yes or No</p> <p>3. As embalagens chegaram ao destino em bom estado? - Sim ou Não * (Did the packages reach destiny in good condition?) - Yes or No</p> <p>4. A empresa disponibilizou um mínimo de 03 (três) trabalhadores bem treinados para a execução dos serviços de descarga e desembalagem? - Sim ou Não * (Did the company supply at least three well trained employees for the unloading and unpacking procedures?) - Yes or No</p> <p>5. Houve dano ou extravio de algum dos volumes despachados? - Sim ou Não * (Was there loss or damage to any of the dispatched items?) - Yes or No</p> <p>6. Os volumes foram entregues todos de uma vez? - Sim ou Não * (Were all volumes delivered in one single shipment?) - Yes or No</p> <p>7. Ocorreu que algum dos volumes entregues não lhe pertencia? - Sim ou Não * (Was any of delivered volumes not of your belonging?) - Yes or No</p> <p>8. Em caso de problemas, a empresa agiu de forma satisfatória na resolução do dano? - Sim ou Não * (In case of any problem, did the company present a satisfactory solution to the issue?) - Yes or No</p> <p>9. Comente as respostas com (*) ou faça outras observações no espaço abaixo (Please comment answer with (*) or other remarks using the space below.)</p>	

ANEXO IV
RELATÓRIO QUINZENAL DE MONITORAMENTO

ANEXO V
ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

Cumprimento de Obrigações Contratuais	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o transporte internacional de mobiliário dos adidos policiais federais, adidos policiais federais adjuntos, auxiliares de adidos e oficiais de ligação
Meta a Cumprir	Obrigações contratuais cumpridas
Instrumento de Medição	Avaliação direta do fiscal por meio de notificação Escrita
Periodicidade	Por ocasião das mudanças
Mecanismo de Cálculo	Mensuração do m³
Início da Vigência	Data da assinatura do instrumento contratual.
Sanções	a) Glosa conforme a soma dos percentuais relativos aos graus das ocorrências notificadas no mesmo mês, até o limite de 10%. b) A reincidência de glosa no percentual de 10% do valor da fatura mensal na mesma vigência do Contrato implicará sua rescisão, sem prejuízo das multas previstas em Edital e anexos.
Observações	Na notificação deverá constar o número do item do indicador de avaliação infringido (Tabela 2) e a assinatura do representante da Contratada.

TABELA 1	
GRAU	GLOSA/PENALIDADE - DESCONTO SOBRE A FATURA MENSAL
01	0,2% por dia sobre o valor total do contrato
02	0,4% por dia sobre o valor total do contrato
03	0,8% por dia sobre o valor total do contrato
04	1,6% por dia sobre o valor total do contrato
05	3,2% por dia sobre o valor total do contrato
06	4,0% por dia sobre o valor total do contrato

TABELA 2		
ITEM	DESCRIÇÃO DO INDICADOR DE AVALIAÇÃO	GRAU
01	Deixar de entregar a mudança.	06
02	Utilizar material que não atenda à execução dos serviços.	06
03	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	06
04	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado.	03
05	Permitir a presença de empregado sem uniforme, com uniforme manchado, sujo, mal apresentado ou sem crachá de identificação, por empregado e por ocorrência.	01
06	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos, não previstos nesta tabela de ocorrências, após reincidência formalmente notificada pelo Órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	02
07	Recusar-se a executar serviços determinados pela fiscalização.	06
08	Deixar de manter contato com servidor para coleta da mudança.	03
09	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do Órgão fiscalizador, por ocorrência.	02
10	Deixar de arcar com danos materiais (avarias ou extravio) no transporte dos bens.	06

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

_____, (nome empresarial da licitante), inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, sr.(a) _____, infra-assinado, portador(a) do CPF/MF nº _____, DECLARA expressamente que, conforme o artigo 6º da IN SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010:

- a. atende, no que couber, aos critérios de sustentabilidade ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010;
- b. usa produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedecem às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- c. adota medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- d. observa a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- e. fornece aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- f. realiza programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- g. realiza separação dos resíduos recicláveis descartados na execução do contrato, destinando-os às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- h. respeita as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e
- i. prevê destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Local e Data

Empresa:
Nome:
Função/Cargo:

ANEXO VII
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DIGITAL



Documento assinado eletronicamente por **ROSIMERE ROSA DOS SANTOS CAVALLIM, Agente Administrativo(a)**, em 04/05/2022, às 11:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LAURA VILLELA ROSA TACCA, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 04/05/2022, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por LUIZ ROBERTO UNGARETTI DE GODOY, Coordenador(a) - Geral, em 04/05/2022, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **23116294** e o código CRC **64883B6A**.